

ESPAÇO, TERRITÓRIO E PODER: dialogando com a experiência produtiva do arroz ecológico nos assentamentos de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre

ESPACIO, TERRITORIO Y PODER: dialogando con la experiencia del arroz ecológico en los asentamientos de reforma agraria de la región metropolitana de Porto Alegre

Adalberto Floriano Greco Martins

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFRGS
pardal.greco@gmail.com

Rosa Maria Vieira Medeiros

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFRGS
rmvmedeiros@yahoo.com.br

Resumo

Os conceitos de espaço, território e poder acolhidos em diversas áreas do conhecimento, tiveram na Geografia um amplo desenvolvimento, contribuindo para uma análise sobre as relações sócio-espaciais desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária. A experiência da produção ecológica de arroz em assentamentos na região metropolitana de Porto Alegre indica potencialmente as possibilidades da edificação de territórios insurgentes com base em relações simétricas de poder. O presente artigo busca indicar algumas destas potencialidades a luz dos conceitos de espaço, território e poder.

Palavras Chaves: Território. Poder. Reforma Agrária. Assentamento. Agroecologia.

Resumen

Los conceptos de espacio, territorio y poder acogidos en diversas áreas del conocimiento, tuvieron en la Geografía un amplio desarrollo, contribuyendo para un análisis sobre las relaciones socio-espaciales desarrolladas en asentamientos de reforma agraria. La experiencia de producción ecológica de arroz en asentamientos en la región metropolitana de Porto Alegre indica potencialmente las posibilidades de edificación de territorios insurgentes con base en relaciones simétricas de poder. El presente artículo busca indicar algunas de estas potencialidades a luz de conceptos de espacio, territorio y poder.

Palabras Claves: Territorio. Poder. Reforma Agraria. Asentamiento. Agroecología.

Introdução

Os processos sociais de luta pela terra no Rio Grande do Sul geraram ao longo dos últimos trinta anos mais de trezentos assentamentos rurais, envolvendo entorno de treze mil famílias.

Presentes em mais de noventa municípios, estas famílias buscam, em sua maioria reproduzirem-se como camponeses(as), tendo na produção agropecuária sua principal fonte de renda.

Ao estabelecerem-se nestes municípios lançaram mão de diversas estratégias produtivas, ganhando relevância à produção agroecológica de arroz, desenvolvida, sobretudo na região metropolitana.

Este artigo buscará refletir sobre as implicações destas estratégias produtivas estabelecidas pelas famílias e suas potencialidades frente ao contexto das relações sociais capitalistas hegemônicas pelo capital financeiro. Mas antes serão sumarizados alguns conceitos sobre Espaço, Território e Poder, com base em autores como Rogério Haesbaert, Bertha Becker, Claude Raffestin, Milton Santos, Iná Elias de Castro e Marcelo Lopes de Souza. Na primeira parte será apresentada uma breve trajetória da presença das famílias sem-terra na região metropolitana e sua forma organizativa.

A Presença das Famílias Sem Terra na Região Metropolitana

Os camponeses (as) assentados na Região Metropolitana de Porto Alegre são na maioria oriunda da região noroeste do Estado, pertencentes a diversos municípios daquela região colonial, sendo em grande parte agricultores que perderam a terra, filhos de pequenos agricultores e outros trabalhadores do campo.

O processo de territorialização destas famílias, com base nos Planos de Recuperação dos Assentamentos (COPTEC, 2010), pode ser sintetizado em quatro momentos:

- a) O primeiro momento teve início ainda em 1988 com parte das famílias que participaram da ocupação da Fazenda Anoni, em 1985 (município de Sarandi). Formam-se assim os Assentamentos Itapuí (município de Nova Santa Rita), Tempo

- Novo (município de Taquari), Padre Josimo e São Pedro I e II, estando localizados nos municípios de Eldorado do Sul.
- b) O segundo ciclo inicia a partir do ano de 1991, com a constituição dos Assentamentos 30 de Maio (município de Charqueadas), Caturrita (município de Arambaré), Capela, Sino, ambos localizados no município de Nova Santa Rita e o assentamento São José II, localizado no município de Capela de Santana; 19 de Setembro (município de Guaíba), Conquista Nonoaiense, Integração Gaúcha, ambos localizados no município de Eldorado do Sul; Vinte e Dois de Novembro, município de Montenegro, Recanto da Natureza (município de Sentinela do Sul) e Santa Tereza (município de Butiá).
- c) O terceiro período inicia a partir do ano de 1995, com os Assentamentos Santa Marta e Capão do Leão, ambos localizados nos município de Arambaré; assentamento Lagoa do Junco (município de Tapes), rebatizado em março de 2014, durante a Romaria da Terra, como assentamento Hugo Chaves; assentamento Boa Vista (município de Camaquã), Filhos de Sepé (município de Viamão), Zumbi dos Palmares (município de Palmares do Sul).
- d) O quarto momento e mais recentemente, ocorre a partir de 2005, com a constituição do Assentamento Jânio Guedes (município de São Jerônimo), Santa Rita de Cássia II (município de Nova Santa Rita), Renascer II (município de Capivari) e Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul.

Nos anos de 2013 e 2014, foram realizados três pequenos assentamentos na região, totalizando 35 famílias assentadas em áreas de órgãos públicos estaduais, constituindo-se o assentamento Tupi, no município de Taquari, o assentamento Elton Brum em Charqueadas e o assentamento Lanceiros Negros em Eldorado do Sul.

Atualmente a região metropolitana está organizada em três microrregiões (Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Viamão), englobando entorno de mil e quatrocentas famílias assentadas.

Desde 1996, com o objetivo de contribuir na organização da produção das famílias assentadas da região constituiu-se a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP.

Inicialmente organizada para prestar serviços de máquinas à produção de arroz convencional, a COOTAP altera seu rumo a partir de 2001, buscando enfocar sua ação nos processos de comercialização.

Esta alteração de foco é motivada pela crise dos preços do arroz convencional e de sua insolvência financeira, visto a inadimplência no pagamento dos financiamentos assumidos com o programa de crédito específico à reforma agrária (Procera).

Foi neste contexto de profunda crise do setor rizícola, que se iniciaram as primeiras experiências de plantio de arroz ecológico. Conforme indicado por Medeiros et al,

Isto porque, nos anos 2000, uma parcela significa dessas famílias envolvidas com a produção do arroz convencional acumulava dívidas decorrentes dos altos custos de produção pelo uso de insumos externos, como agrotóxicos além dos baixos preços do arroz no mercado (MEDEIROS et al, 2013, p. 12)

Motivados pelos assentados que já praticavam a agroecologia na produção de hortaliças, as primeiras lavouras de arroz foram implantadas em pequenas áreas, gerando confiança para sua ampliação.

Lindner e Medeiros, esclarecem que “a experiência com o arroz ecológico na RMPA, teve início em 1999 quando foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos” (LINDNER e MEDEIROS, 2014, p. 1.160).

É deste impulso que nasce o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, que conforme informou Lindner e Medeiros,

No ano de 2002, foi criado o “grupo gestor do arroz ecológico”, cuja meta além de reunir as famílias produtoras, foi promover a sistematização de dados, a troca de experiência entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas (...) (LINDNER e MEDEIROS, 2014, p. 1.162).

O Grupo Gestor do Arroz Ecológico tornou-se o espaço de articulação dos assentados, organizados em grupos de produção e em cooperativas de base, destacando-se a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita - COPAN (município de Nova Santa Rita), a Cooperativa de Produção Agropecuária de Charqueadas - COPAC (município de Charqueadas), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes - COPAT (município de Tapes) e a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão – COPERAV (município de Viamão).

O Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG – UFRGS) vem acompanhando essa experiência desde o ano de 2010 através do projeto “*Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS – Análise territorial e ambiental*”, estudo pelo qual se

podem identificar importantes transformações sócio territoriais tanto nesta região, quanto em outras regiões do estado, as quais tem tomado a experiência como exemplo para implementação do plantio do arroz ecológico.

Conforme indicado por Campos, Catello Branco Filho, Lindner e Medeiros,

A produção orgânica desencadeou muitas transformações socioespaciais nos assentamentos desta região. Algumas dessas transformações caracterizamos como avanços, pois resultaram em melhorias na condição socioeconômica das famílias, em maior participação dos agricultores no conjunto do processo produtivo e em redução de impactos ambientais das lavouras. (CAMPOS, CASTELLO BRANCO FILHO, LINDNER e MEDEIROS, 2014, p. 41)

Na medida em que o Grupo Gestor tratou de dar vazão aos processos produtivos ecológicos de arroz, coube a COOTAP a função de buscar os meios para a comercialização do arroz produzido.

Se nos primeiros anos de vida o Grupo Gestor focou a organização da produção e tratou de gerar e dominar os conhecimentos técnicos do arroz irrigado pré-germinado, logo vieram às demandas de secagem e armazenagem próprias de um processo de produção ecológica exigente em espaços específicos para esta produção.

Tratou-se de organizar uma estratégia onde a produção fosse colhida, secada e armazenada o mais próximo possível das áreas de produção, gerando seis locais de armazenamento, sendo dois localizados em Eldorado do Sul, um em Nova Santa Rita, um em Tapes e dois em Viamão.

Com o avanço da comercialização, o desafio do controle do processamento se fez presente, onde duas cooperativas de base, a COPAN e a COPAT, assumiram os Engenhos, processando o arroz para o conjunto do sistema. A comercialização manteve-se centralizada na COOTAP com uma marca comum: Terra Livre.

Já do ponto de vista dos procedimentos técnicos, aprovou-se na Safra de 2009/10 o *Itinerário Técnico das Lavouras Pré-Germinadas*. Este instrumento técnico baliza a ação de todos os grupos produtivos e incorpora um conhecimento científico gerado pelos agricultores que inexistente nas instituições públicas de pesquisa, seja a EMBRAPA, a FEPAGRO, seja o IRGA.

Mais recentemente, a COOTAP, ampliou sua área de ação, contribuindo com as famílias assentadas na região da Fronteira Oeste, nos municípios de São Gabriel e Manoel Viana, que se desafiaram a plantar arroz com manejos ecológicos.

Com a expansão das áreas plantadas para as regiões de São Gabriel e Manoel Viana, pelo elevado custo que representa hoje esta pulverização da armazenagem em diversos pontos e pela quebra de rendimento nos engenhos das variedades atualmente produzidas, a estratégia da produção de arroz está sendo revista e reformulada, caminhando para a construção de uma Indústria de Arroz Parboilizado, no assentamento em Eldorado do Sul, para a qual já possui financiamento indicado.

Ao longo destes 18 anos, compõem-se um conglomerado econômico-produtivo e comercial, de base ecológica, democrático e cooperado, dirigido pelas famílias assentadas, e com uma ampla área plantada e um elevado número de famílias envolvidas conforme revelam as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Evolução das Famílias e Área Plantada de Arroz no Grupo Gestor

Safra	Nº Famílias	Áreas Plantada (ha)
2003/04	90	468
2004/05	99	508
2005/06	127	597
2006/07	135	667
2007/08	124	832
2008/09	204	1.200
2009/10	173	1.671
2010/11	311	3.002
2011/12*	313	2.858
2012/13	392	3.126
2013/14	501	4.398
2014/15	468	4.766
2015/16	503	5.573
2016/17 **	546	4.886

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados fornecidos pela COOTAP (2017).

* Dado estimado ** Projeção

Na safra 2015/16, este complexo de cooperação, envolveu 503 famílias, de 11 assentamentos, em 8 municípios, plantando 5.573 ha, colhendo 441.363 sacos de arroz ecológico. A Tabela 2 indica a evolução produtiva dos grupos vinculados à Cootap.

Tabela 2: Evolução da Produção de Arroz no Grupo Gestor

Safra	Produção (sc)
2003/04	39.738
2004/05	43.206
2005/06	50.762
2006/07	56.670
2007/08	70.754
2008/09	102.000
2009/10	149.560
2010/11	269.999
2011/12*	251.504
2012/13	282.660
2013/14	426.741
2014/15	473.168
2015/16	441.363
2016/17 **	464.409

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados fornecidos pela COOTAP (2017).

* Dado estimado ** Projeção

No tocante a produção de sementes de arroz ecológico, o conglomerado contou na Safra 2015/16 com 135 famílias assentadas, produzindo em 22 campos de sementes, envolvendo 368 ha, obtendo 44.000 sacos de sementes.

Como sugerido por Castello Branco Filho e Medeiros a cadeia produtiva do arroz ecológico na RMPA, caracteriza-se:

- Pela produção sem uso de agrotóxicos, sendo o controle de pragas realizado principalmente por meio do manejo de água;
- pelo uso de semente pré-germinada que é pouco usada no Rio Grande do Sul (corresponde a aproximadamente 10% das sementes usadas no estado);
- pela participação direta dos produtores em todas as fases da cadeia (produção, certificação, armazenamento, comercialização), sendo os próprios produtores responsáveis pelas inovações.
- pelo pouco acesso dos agricultores a políticas públicas (de crédito, de pesquisa científica e tecnológica, bem como de produção e difusão de informações) que viabilizem a dinamização da cadeia produtiva. (CASTELLO BRANCO FILHO e MEDEIROS, 2013, p. 3)

Cabe esclarecer que o processo organizativo das famílias na Região Metropolitana de Porto Alegre vai além da dimensão técnico produtivo e econômico, visto que nestes assentamentos existem diversos grupos de mulheres, de jovens, atividades culturais diversas, coletivo de educadores que atuam nas escolas nos assentamentos, entre outras atividades.

Outras ações produtivas ecológicas também são desenvolvidas nos assentamentos como a produção de verduras e frutas, que dialogam fortemente com políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente a Cootap, opera seis contratos do PAA na região metropolitana, beneficiando próximo de cinco mil famílias nos bairros populares desta região.

Este conjunto complexo de relações sociais está orientado e dirigido por uma organização social da qual participam as famílias assentadas. Esta organização é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Espaço, Território e o Poder

Ainda que seja um conceito central na Geografia, as noções de espaço, território e de territorialidade são tratadas em outras áreas das ciências, indo desde a perspectiva etológica à psicologia. Segundo Haesbaert,

Enquanto o Geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões (que deveria incluir a interação sociedade-natureza), as ciências políticas enfatiza a construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes ligada à concepção de Estado); a Economia que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto forças produtivas); a Antropologia destaca a sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (...); a Sociologia enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Este mesmo autor elucidava que ao longo do tempo geraram-se leituras dicotômicas sobre o conceito de território como aquelas que separam,

- Sociedade e Natureza, como se o território não incorporasse uma base natural;
- Sociedade e Espaço, como se pudesse existir sociedade sem espaço;

- Espaço e Tempo, como se o território, como espaço num sentido mais estático, pudesse ser separado do tempo, dos fluxos e do movimento;
- Materialidade e Imaterialidade, como se território fosse apenas à dimensão material da realidade;
- Político-Econômicos e Simbólico-Cultural, como se território dissesse respeito apenas à dimensão política da sociedade;
- Território e Rede, como se todo território não fosse composto, obrigatoriamente, por redes (o que mudou foi o grau de relevância deste elemento na composição dos territórios) (HAESBAERT, 2004, p. 85).

Em face da amplitude que o conceito território sugere e das possibilidades de dicotimizá-lo, caberia pois, defini-lo em vista da análise dos assentamentos gerados no processo de luta pela terra.

Desta forma, os elementos desenvolvidos pela geógrafa Bertha Becker, sobre espaço e território contribuem na compreensão conceitual sobre os assentamentos.

Com base numa concepção materialista do espaço, Becker (1983, p. 07) sugere que “o espaço não é uma instância, nem representação ou produto, e sim constituinte da realidade social. Ele é a dimensão material concreta das relações sociais. Deve-se assim afirmar a potência social e a especificidade social dos dispositivos espaciais (...)”.

Compreendendo o espaço como poder, Becker (1983, p. 07) indica que “é no espaço concreto que os homens agem, e o domínio do território, sua destruição e modificação é fonte fundamental do poder”.

Enfocando as relações de poder, e nelas as práticas espaciais “(...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa” (BECKER, 1983, p. 07-08).

Assim, o “território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social” (BECKER, 1983, p.08). Isto “implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço” (BECKER, 1983, p. 08).

Próximo disto, esta a categoria de “território usado”, de Milton Santos, que para ele é “(...) sinônimo de espaço geográfico. É essa categoria, território usado, que aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS, 2001, p. 20).

Para Milton Santos, será “o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1994, p. 15). Para este autor,

(...) quando quisermos definir qualquer pedaço do território deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana isto é, o trabalho e a política. (SANTOS, 2001, p. 247).

Resumindo: “o território são formas, mas o território usado é objetos e ações sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p.16).

Próximo à abordagem de Becker, situa-se também as contribuições de Claude Raffestin (1993), para o qual espaço e território não são termos equivalentes. Raffestin propõe que é

Essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço. (...) O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por conseqüência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Criticando a visão unidimensional do poder, muito característico da abordagem clássica sobre o território focado na leitura exclusiva do Estado-Nação, Raffestin, irá indicar, apoiando-se em Foucault, que

É preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização (...). O Poder é a parte intrínseca de toda a relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: o poder está em todo lugar; não engloba tudo, mas vem de todos os lugares (FOUCAULT, 1976, apud RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Será com base nesta compreensão do poder como relação que ele estabelecerá a noção de campo do poder.

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelecem, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Daí decorre o fato de que o território sendo uma produção a partir do espaço e apoiando nele, “(...) por causa de todas as relações que envolvem se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Desta forma, para Raffestin,

Toda relação é o ponto de surgimento do poder e isto fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações. (...) Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação de fluxos que atravessam e desligam a relação: a energia e a informação (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

Para Raffestin, trabalho será justamente a energia informada, uma força orientada por um saber e o poder se enraíza nele. Assim

É aceitável a idéia de que poder vem de baixo se ele esta no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional, e não subjetiva, uma vez que a transformação do trabalho não se concebe sem uma intencionalidade (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Iná Elias de Castro, também contribuirá para a compreensão do poder como relação e como relação assimétrica. Para esta autora “o poder, é na realidade, relacional, não deve ser confundido como influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções” (CASTRO, 2005, p. 97).

Castro indica também que

(...) o poder é considerado como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o efeito desejado através da prerrogativa de aplicar algum tipo de sanção. Neste sentido, a idéia de poder tem intrinsecamente um componente de relação e de assimetria, ou seja, o poder se manifesta em situações relacionais assimétricas (CASTRO, 2005, p. 98).

Para esta autora, o conceito de poder “(...) engloba sempre a esfera da ação, ele designa uma capacidade de agir, direta ou indiretamente, sobre as coisas ou sobre as pessoas, sobre os objetos ou sobre as vontades.” (CASTRO, 2005, p. 99). Para ela, implica em umas das partes da relação impor sua vontade à outra mediante a possibilidade de sanções.

Para Marcelo Lopes de Souza (2009, p. 60), é o poder que em primeiro lugar define o território, sendo as relações de poder, o seu delimitador. O território é compreendido como um instrumento de exercício de poder.

Nesta compreensão o desenraizamento de um grupo social é

(...) em primeiro lugar um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é enquanto substrato material e “lugar”, uma referência e um condicionador das práticas de poder) (SOUZA, 2009, p. 60).

Para este autor, numa primeira aproximação “(...) um espaço é definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2009, p. 63) e numa segunda aproximação “(...) territórios são, no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2009, p. 63).

Compartilhando da análise de Raffestin, Souza (2009, p. 65) compreenderá o território “(...) como um campo de forças, ou mais precisamente relações de poder espacialmente delimitadas e operando, sobre um substrato referencial”.

Ao comparar o território a um campo de força, Souza, quer afirmar que o território é

(...) um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (...) e o território é a expressão espacial disso (SOUZA, 2009, p. 66).

Souza (2009, p. 65) insiste na tese de que o território “(...) embora sendo também uma das manifestações do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma “coisa” material”.

Para este autor, confundir o território

(...) com o substrato espacial material (...) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência para as práticas espaciais mudem (SOUZA, 2009, p. 61).

Ao mesmo tempo “a existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com referência à materialidade em geral” (SOUZA, 2009, p. 66).

Para Souza (2009, p. 67), as práticas espaciais de vários movimentos sociais geram ações de territorialização. Verá neles territórios dissidentes, como “(...) expressões de práticas espaciais insurgentes (...)” (SOUZA, 2009, p. 67).

Será este autor que indicará a possibilidade de se estabelecer processos sociais de autonomia em contraposição ao processo de dominação política evidenciada nas relações assimétricas de poder onde se estabelecem normas que devem ser cumpridas sob pena de sanções. Autonomia como sendo

(...) a capacidade de um grupo de dar a si próprio a lei (em outras palavras, de autogerir-se e autogestionar-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legalidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo) (...) (SOUZA, 2009, p. 68).

Para concluir, busca-se no conceito de territorialidade, de Bertha Becker uma síntese das possibilidades postas aos assentamentos:

Territorialidade é pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes: é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. (...) Representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõem a malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado. (BECKER, 1983, p. 08).

As Implicações da Produção Ecológica de Arroz nos Assentamentos da Reforma Agrária

As fazendas destinadas aos programas de Reforma Agrária, nas quais se assentam famílias, é produto da luta e da conquista social. Poucas foram as famílias que obtiveram terra sem o processo da luta e pressão social. Isto confere àquele espaço geográfico, as marcas das disputas sociais desenvolvidas na sociedade. As relações de poder são testadas, questionadas e a destinação daquele espaço ocioso (fazenda) para a reforma agrária indica que o setor popular imprimiu sua primeira vitória, abrindo possibilidades para novas práticas sócio-espaciais.

Com o assentamento constituído, o campo de forças se recompõe e a disputa entre as forças se recolocam num novo patamar social. A questão que se coloca é quem governará neste novo território. Qual projeto produtivo e social prevalecerá? Que forças sociais irão dialogar e influenciarão as novas famílias?

Compreender os assentamentos como um campo de força, em permanente disputa política, ajuda a entender que os territórios ao serem conquistados, antes que um espaço demarcado por suas características naturais, é crivado de relações de poder, estando em permanente disputa. São relações assimétricas de poder, seja na relação com o Estado e com as políticas públicas, onde tudo é dificultado para acessá-las, seja na relação com o mercado onde o poder econômico se impõe e destrói as experiências de menor escala econômica.

A experiência atualmente desenvolvida nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre com a produção ecológica, sobretudo a do arroz, indica a possibilidade de desenvolver a disputa política na sociedade e edificar a construção de relações sociais de novo tipo que apontem para um projeto societário emancipador.

Como indicado por Raffestin (1993), tendo o trabalho como base é possível se pensar a construção de um poder por baixo. Atualmente mais de quinhentas famílias dedicam-se a produzir em quatro mil e trezentos hectares, aproximadamente quatrocentos e vinte mil sacos de arroz ecológicos. Entorno de 80% desta produção é destinada a programas públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Somente a Prefeitura de São Paulo, adquiriu em 2014 um milhão de quilos deste arroz para as suas escolas.

Para o PAA, em 2014, somente em Porto Alegre, foram mais de três mil e quinhentas famílias que receberam mensalmente alimentos diversos produzidos nos assentamentos, tendo como espaço articulador o Comitê Gestor do PAA, onde se reúnem as entidades beneficiárias e as cooperativas que produzem os alimentos. Cabe destacar que em 2013, produto desta articulação, foram diversas as ações de rua em defesa do PAA desenvolvidas em conjunto pelos moradores dos bairros de Porto Alegre e os camponeses da região metropolitana, destacando-se a ocupação do Ministério da Fazenda em outubro de 2013, no dia mundial da alimentação, e a audiência pública no auditório do Ministério da Agricultura, em defesa do PAA.

Este exemplo revela, como indica Raffestin (1993), que toda relação é um lugar de poder, fundamentando a sua multidimensionalidade. É aqui, sobretudo nesta relação com as forças sociais organizadas que reside o lugar do poder popular e sua forma de resistência a dominação atual.

Ainda que Souza (2009), compreenda que a ação dos movimentos sociais se territorializa através de práticas espaciais insurgentes, veja nelas práticas passageiras ou de curta duração ou ainda, sugira como limitado à possibilidade econômica destas experiências, o caso do arroz ecológico demonstra vigor e crescimento nos seus dezessete anos de existência e apropriação do território através de um projeto bem estabelecido. Com base em Raffestin (1993), esta articulação econômico-produtiva expressada no Grupo Gestor do Arroz Ecológico torna-se um “ator sintagmático”.

Os assentamentos vistos como territórios onde se estabelecem práticas espaciais compreendidas como indica Becker (1983) como produto produzido pela prática social e como produto consumido, vivido, utilizado, sustentando estas práticas sociais, geram territorialidades que permitem um exercício de poder pelas coletividades que se opõem ao poder dominante. Como também sugere Milton Santos (2001), um “território usado”, onde não se separa a materialidade, compreendida nela a natureza, e o seu uso, incluído a ação humana, seja o trabalho, seja a política.

Um pouco distinto do que indica Milton Santos (1994), a “dialética do território” no caso do arroz ecológico nos assentamentos, permite o controle local da técnica de produção e um controle político da produção. A experiência do Arroz Ecológico demonstra que é possível a coordenação de uma cadeia produtiva, com base na participação direta daqueles que trabalham e produzem, sob sua coordenação e gestão.

A base de gestão desta experiência assenta-se na cooperação, na entre ajuda. Constituiu-se um conglomerado econômico com grupos de produção informais, cooperativas singulares e cooperativa regional. Todas as famílias que produzem, planejam e decidem sobre a produção e sobre o seu destino. Como indica Souza (2009), a autonomia como capacidade de autogerir-se e ou autogovernar-se, se confirma. “Cada um dos participantes, por conseguinte está submetido a um poder, o poder que emana legitimamente da coletividade” (SOUZA, 2009, p. 69).

O Grupo Gestor do Arroz Ecológico é este sujeito representativo dos grupos de base que orienta este imenso esforço popular de coordenação da cadeia produtiva do arroz ecológico dos assentamentos.

Sendo o território, conforme sugere Souza (2009), relações sociais projetadas no espaço concreto, delimitado pela relação de poder que nele se estabelece e o território como instrumento do exercício do poder, pode-se identificar claramente os assentamentos

da região metropolitana como um território sob a gestão das famílias sem terra, numa relação simétrica de poder. Territórios dissidentes, como espaço de resistência político, cultural e econômica.

Conclusão

Os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, ao conquistarem a terra, geram territórios portadores de intensa disputa política onde se desenvolvem práticas sócio-espaciais que podem gerar indicativos de novas bases produtivas e societárias.

A experiência da produção ecológica nos assentamentos da região metropolitana, sobretudo a do arroz, é um destes casos que indicam padrões distintos de desenvolvimento.

Embasada na participação direta e efetiva daqueles que produzem na gestão do conglomerado; na cooperação e na ajuda dos grupos como base de relacionamento econômico e ético; na produção agroecológica com imensa geração de conhecimentos técnico-científicos, a experiência do arroz ecológico revela que gera princípios que podem ser considerados insurgentes, indicando que a organização da produção na sociedade pode ser edificada em base de relações de poder simétrica, com autonomia e autogoverno daqueles que trabalham e produzem.

Conclui-se que de forma potencial a experiência do arroz ecológico nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul, pode ser considerada como uma experiência portadora de relações emancipatórias, que geram assentamentos numa perspectiva de territórios dissidentes, como forma de resistência política, econômica e cultural.

Referências

BECKER, Bertha K. Uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, Carmen B (Org). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, mimeo, 1 à 21p.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CASTELLO BRANCO FILHO, Cícero; LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Cadeia produtiva do arroz**

ecológico nos assentamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS – análise territorial e ambiental. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/CAPES) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 38 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B03f5_x-4RZfeEhoOXp5aG9GM0k/view?pref=2&pli=1>. Acesso em: dez. 2015.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos – O caso do arroz na região metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele (Org). **Assentamentos rurais, territórios, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014, 146 p.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 299 p.

CATELLO BRANCO FILHO, Cícero e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade: o caso da experiência do arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre/RS**. VII Encontro de Grupos de Pesquisa (ENGRUP). Rio Claro, 2013. 11p.

_____. O modelo de certificação participativa como um dos elementos condutores no fomento à cadeia produtiva do arroz ecológico da região metropolitana de Porto Alegre/RS. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele (Org). **Assentamentos rurais, territórios, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014, 146 p.

COPTEC. **Planos de Recuperação dos Assentamentos**. 2010. Disponível em: <http://www.coptec.org>. Acessado em: 15/03/2016.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre; SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos (Org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 171 p. p. 86 à 119.

LINDNER, Michele e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Transformações sócio territoriais na Região Metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais**. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Natal: Novembro, 2014. p. 1.159 à 1.169.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de M. França. São Paulo: Ática, 2011. 242 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15 à 20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: sociedade e território no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.473 p.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57 à 72.

Recebido em 01/03/2016. Aceito para publicação em 26/03/2017.
--